



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MIRACEMA**  
**GABINETE DA PRESIDÊNCIA**



CONSIDERANDO que cabe ao Poder Executivo Municipal definir, em norma própria, regras específicas para o cumprimento das determinações gerais previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; e

CONSIDERANDO a necessidade de harmonização das normas jurídicas, visando à máxima eficácia e efetividade da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021,

A Mesa da Câmara Municipal de Miracema apresenta o seguinte Projeto de Decreto Legislativo,

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 207, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2025**

**Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública da Câmara Municipal de Miracema-RJ.**

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MIRACEMA, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais e da competência que lhe foi delegada, e tendo em vista o disposto no art. 6º LX, da Lei Federal 14.133/2021,

**DECRETA:**

**TÍTULO I – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** – O presente Decreto regulamenta a aplicação da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos, no âmbito da Câmara Municipal de Miracema-RJ.

**Art. 2º** – As contratações públicas realizadas no âmbito da Câmara Municipal de Miracema-RJ deverão observar, obrigatoriamente, os ciclos estabelecidos neste Decreto, compreendendo:

- I – o Planejamento da Contratação;
- II – a Instrução do Processo;
- III – o Procedimento Licitatório;
- IV – a Contratação Direta;
- V – a Designação, Atuação e Funcionamento dos Agentes de Contratação, Comissão e Equipes de Apoio;
- VI – os Procedimentos Auxiliares;
- VII – a Gestão e Fiscalização Contratual.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MIRACEMA**  
**GABINETE DA PRESIDÊNCIA**



**Art. 3º** – As contratações públicas no âmbito da Câmara Municipal de Miracema-RJ observarão, além da Lei Federal nº 14.133/2021, as disposições deste Decreto, bem como as normas de regência e os princípios previstos no Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro), notadamente:

I – a legalidade, impessoalidade, moralidade, probidade administrativa, publicidade, transparência, eficiência, celeridade, vinculação ao edital, julgamento objetivo, formalismo moderado, segurança jurídica, razoabilidade e proporcionalidade;

II – as diretrizes de planejamento, segregação de funções, economicidade, motivação circunstanciada e desenvolvimento nacional sustentável.

**Art. 4º** – Compete à Mesa Diretora da Câmara Municipal de Miracema-RJ implementar e manter instâncias, mecanismos e instrumentos de governança das contratações públicas, em consonância com este decreto e em alinhamento com as diretrizes institucionais e estratégias administrativas da Casa Legislativa, respeitada a programação orçamentária e financeira.

**Parágrafo único.** São funções da governança das contratações no âmbito da Câmara Municipal de Miracema-RJ:

I – assegurar que os princípios e diretrizes previstos neste Decreto estejam preservados em todas as contratações públicas;

II – promover relações contratuais íntegras, confiáveis e juridicamente seguras, assegurando eficiência e eficácia nos resultados;

III – fomentar a sustentabilidade nas contratações públicas, incluindo aspectos de acessibilidade, inovação e inclusão social;

IV – incentivar o desenvolvimento econômico local e regional, mediante estímulo à participação de microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no município;

V – direcionar, avaliar e monitorar a gestão das contratações, garantindo resultados vantajosos para a Administração.

**Art. 5º** – Compete à Controladoria da Câmara Municipal de Miracema-RJ a realização de avaliação objetiva e independente acerca da adequação e eficiência dos instrumentos de governança, da gestão de riscos e dos controles internos relacionados aos processos de contratação.

**Parágrafo único.** A Procuradoria Jurídica, em conjunto com a Controladoria e o Setor de Licitações e Contratos, prestará apoio técnico à Mesa Diretora quanto à formulação e implementação dos instrumentos de governança e de gestão de riscos.

## **TÍTULO II – DO PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES**

### **CAPÍTULO I – Do Plano de Contratações Anual e do Sistema de Planejamento**

**Art. 6º** – Fica instituído, no âmbito da Câmara Municipal de Miracema-RJ, o Plano de Contratações Anual (PCA), em conformidade com o art. 12, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021, e com as diretrizes deste decreto, integrando o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações da Casa Legislativa.

**Art. 7º** – Para os fins deste regulamento, considera-se:

I – Autoridade Competente: agente público formalmente designado com poder de decisão para autorizar licitações, contratos ou despesas, bem como encaminhar processos de contratação para análise;

II – Requisitante: unidade ou servidor responsável por identificar a necessidade de contratação de bens, serviços ou obras e encaminhá-la;



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MIRACEMA**  
**GABINETE DA PRESIDÊNCIA**



III – Área Técnica: unidade com conhecimento técnico-operacional sobre o objeto demandado, incumbida de analisar a demanda, propor soluções e compilar necessidades de mesma natureza;

IV – Documento de Formalização de Demanda (DFD): documento que detalha e justifica a necessidade de contratação, servindo de base para o PCA;

V – Plano de Contratações Anual: documento que consolida todas as contratações previstas para o exercício seguinte;

VI – Setor de Licitações e Contratos: unidade responsável pelo planejamento, coordenação e acompanhamento das contratações no âmbito da Câmara;

VII – Plataforma PGC: ferramenta informatizada disponibilizada pelo Governo Federal, destinada à elaboração e acompanhamento do PCA.

§ 1º – Os papéis de requisitante e área técnica poderão ser exercidos pelo mesmo agente público ou unidade, desde que comprovada a capacidade técnica necessária.

§ 2º – A definição de requisitantes e áreas técnicas não implica a criação obrigatória de novas estruturas organizacionais.

**Art. 8º** – A elaboração do PCA da Câmara Municipal de Miracema-RJ tem como objetivos:

I – racionalizar as contratações, assegurando economia de escala, padronização e eficiência;

II – alinhar as contratações com o planejamento estratégico e demais instrumentos de governança da Casa Legislativa;

III – subsidiar a elaboração da Lei Orçamentária Anual;

IV – evitar o fracionamento de despesas;

V – dar transparência às intenções de contratação, ampliando o diálogo com o mercado fornecedor e fortalecendo a competitividade.

**Art. 9º** – O Plano de Contratações Anual deverá ser elaborado até a primeira quinzena de setembro de cada exercício, contemplando todas as contratações previstas para o exercício seguinte, inclusive:

I – as contratações diretas, nas hipóteses dos arts. 74 e 75 da Lei nº 14.133/2021;

II – as contratações que envolvam recursos de convênios, transferências, empréstimos ou doações de instituições nacionais ou estrangeiras.

**Art. 10.** – Estão dispensadas de registro no PCA:

I – informações classificadas como sigilosas, nos termos da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação);

II – as hipóteses previstas nos incisos VI, VII e VIII do art. 75 da Lei nº 14.133/2021;

III – pequenas compras e serviços de pronto pagamento, conforme § 2º do art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

**Parágrafo único.** Quando houver classificação parcial de informações, as partes não sigilosas deverão ser incluídas no PGC.

**Art. 11.** – O DFD a ser preenchido pelos requisitantes deverá conter, no mínimo:

I – justificativa da necessidade da contratação;

II – descrição sucinta do objeto;

III – quantidade estimada;

IV – estimativa preliminar de custos, conforme orientações do Setor de Licitações e Contratos;

V – data pretendida para conclusão da contratação;

VI – grau de prioridade (alto, médio ou baixo);

VII – vinculação ou dependência com outras contratações;

VIII – identificação do setor requisitante e do responsável.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MIRACEMA**  
**GABINETE DA PRESIDÊNCIA**



**Parágrafo único.** As informações deverão, sempre que possível, utilizar os catálogos de materiais, serviços e obras da Administração Pública Federal, enquanto não instituído catálogo próprio da Câmara Municipal de Miracema-RJ.

**Art. 12.** – O Setor de Licitações e Contratos consolidará as demandas recebidas, promoverá a racionalização das contratações e elaborará o calendário de execução, observando prioridades e disponibilidade orçamentária.

§ 1º – O calendário deverá indicar prazos para instrução processual, elaboração de Estudos Técnicos Preliminares, Termos de Referência e demais peças obrigatórias.

§ 2º – O PCA deverá ser concluído até 30 de agosto e submetido à aprovação da Autoridade Competente até a primeira quinzena de setembro.

§ 3º – Após aprovação, o PCA será automaticamente disponibilizado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

**CAPÍTULO II – Da Padronização das Compras**

**Art. 13.** A Câmara Municipal de Miracema-RJ poderá instituir, por meio de Ato da Presidência, catálogo de padronização de compras, serviços e obras, destinado a uniformizar especificações, reduzir custos e aumentar a eficiência das contratações.

**Parágrafo único.** Enquanto não for instituído catálogo próprio, poderá ser adotado, em caráter subsidiário, o catálogo eletrônico disponibilizado pelo Governo Federal ou outro que venha a substituí-lo, nos termos do art. 19, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

**CAPÍTULO III – Dos Bens de Consumo e de Luxo**

**Art. 14.** Na aquisição de bens de consumo, deverão ser observadas as disposições do Decreto Federal nº 10.818, de 27 de setembro de 2021, que regulamenta o art. 20 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à distinção entre bens comuns e de luxo.

**Parágrafo único.** Considerar-se-ão bens de luxo aqueles enquadrados como tais pelo decreto ou pelas normas que o substituírem, devendo sua aquisição ser justificada pela autoridade competente e previamente autorizada pela Mesa Diretora.

**CAPÍTULO IV – Do Estudo Técnico Preliminar (ETP)**

**Art. 15.** O Estudo Técnico Preliminar (ETP) constitui a primeira etapa do planejamento da contratação e deverá caracterizar o interesse público, demonstrar a necessidade da contratação e apresentar a melhor solução para o atendimento da demanda.

**Art. 16.** O ETP deverá conter, no mínimo:

- I – descrição do problema ou da necessidade a ser atendida;
- II – levantamento das possíveis soluções disponíveis no mercado;
- III – análise comparativa das alternativas, considerando custos e benefícios;
- IV – justificativa técnica e econômica da escolha;
- V – estimativas de quantidades e valores, acompanhadas das memórias de cálculo;
- VI – avaliação de impactos ambientais e medidas mitigadoras, quando aplicável;
- VII – indicação de correlação ou interdependência com outras contratações;
- VIII – previsão no Plano de Contratações Anual;
- IX – resultados pretendidos em termos de economicidade, eficiência e sustentabilidade.

§ 1º O ETP poderá ser dispensado nas hipóteses previstas no art. 75, incisos I, II, VII e VIII, e no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021, bem como nos casos de prorrogação de contratos de serviços contínuos.

§ 2º O ETP será elaborado conjuntamente pela área requisitante e pela área técnica, ou, quando houver, pela Equipe de Planejamento da Contratação.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MIRACEMA**  
**GABINETE DA PRESIDÊNCIA**



**CAPÍTULO V – Da Gestão de Riscos**

**Art. 17.** O gerenciamento de riscos constitui etapa obrigatória do planejamento e da instrução das contratações, devendo identificar, avaliar e tratar os riscos que possam comprometer a boa execução do objeto.

**Art. 18.** Compete ao Setor de Licitações e Contratos, em articulação com as unidades requisitantes e técnicas:

I – estabelecer diretrizes para identificação e tratamento de riscos;

II – registrar, em cada processo de contratação, os fatores de risco e as medidas de mitigação adotadas;

III – assegurar que as informações sejam disponibilizadas à autoridade competente para subsidiar as decisões.

**Parágrafo único.** A gestão de riscos deverá adotar controles proporcionais ao nível de risco identificado, evitando rotinas meramente formais e burocráticas.

**CAPÍTULO VI – Da Pesquisa de Preços**

**Art. 19.** A pesquisa de preços para aquisição de bens e serviços, exceto obras e serviços de engenharia, será realizada conforme as diretrizes da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, ou norma que venha a substituí-la.

**Art. 20.** A pesquisa de preços para obras e serviços de engenharia observará o disposto nos §§ 2º, 3º, 5º e 6º do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, podendo, quando aplicável, utilizar os parâmetros do Decreto Federal nº 7.983, de 8 de abril de 2013, ou de norma posterior.

**CAPÍTULO VII – Do Termo de Referência**

**Art. 21.** O Termo de Referência (TR) constitui documento essencial para a instrução da contratação, devendo consolidar os elementos necessários à descrição do objeto e à seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

**Art. 22.** O TR deverá conter, no mínimo:

I – definição clara do objeto, com quantitativos, unidades de medida e prazos de execução;

II – especificações técnicas adequadas, observando catálogos oficiais;

III – indicação dos locais de entrega ou execução;

IV – requisitos de manutenção e assistência técnica, quando cabível;

V – fundamentação da necessidade da contratação;

VI – requisitos de sustentabilidade e acessibilidade;

VII – modelo de execução do objeto e modelo de gestão do contrato;

VIII – critérios de medição e pagamento;

IX – estimativa do valor da contratação, acompanhada de memória de cálculo;

X – previsão orçamentária;

XI – quando aplicável, exigência de apresentação de amostras, testes de conformidade ou prova de conceito.

**TÍTULO III – DOS AGENTES PÚBLICOS E DA GOVERNANÇA DAS  
CONTRATAÇÕES**

**CAPÍTULO I – Disposições Gerais**

**Art. 23.** Este Título regulamenta as regras sobre a designação, atuação e funcionamento dos agentes de contratação, da comissão de contratação, da equipe de apoio, bem como dos gestores e fiscais de contratos, em conformidade com os arts. 7º, 8º e 117 da Lei nº 14.133/2021.





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MIRACEMA**  
**GABINETE DA PRESIDÊNCIA**



**Art. 24.** A governança das contratações no âmbito da Câmara Municipal de Miracema-RJ será exercida de forma a assegurar:

- I – a segregação de funções entre as diferentes etapas do processo;
- II – a integridade, a transparência e a eficiência das contratações;
- III – o acompanhamento sistemático da execução contratual;
- IV – a responsabilização objetiva e individualizada de cada agente público envolvido.

**CAPÍTULO II – Do Agente de Contratação**

**Art. 25.** O Agente de Contratação será designado por Ato da Presidência da Câmara Municipal de Miracema-RJ, em caráter permanente ou temporário, com a função de conduzir os procedimentos de licitação ou contratação direta, até a homologação ou autorização da autoridade competente.

§ 1º Nas licitações de bens e serviços especiais, o Agente de Contratação poderá ser substituído por Comissão de Contratação, nos termos do § 2º do art. 8º da Lei nº 14.133/2021.

§ 2º O Agente de Contratação deverá possuir formação compatível ou qualificação específica em licitações e contratos, preferencialmente atestada por certificação de escola de governo.

§ 3º Cada processo licitatório terá apenas um agente responsável pela condução, admitida a substituição formal em caso de afastamento ou impedimento.

**Art. 26.** Compete ao Agente de Contratação:

- I – impulsionar e acompanhar o processo licitatório ou de contratação direta;
- II – receber, examinar e decidir impugnações e pedidos de esclarecimento sobre o edital ou aviso de contratação direta;
- III – verificar a conformidade das propostas apresentadas e conduzir a sessão pública;
- IV – analisar documentos de habilitação e decidir sobre sua regularidade;
- V – indicar o licitante vencedor e elaborar relatório final;
- VI – encaminhar o processo devidamente instruído para decisão da autoridade competente.

**Art. 27.** É vedado ao Agente de Contratação, no âmbito do processo em que atuar:

- I – elaborar documentos da fase preparatória (ETP, TR, orçamento ou matriz de riscos);
- II – declarar disponibilidade orçamentária;
- III – adjudicar objeto ou homologar licitação;
- IV – exercer funções de gestor ou fiscal de contrato.

**Parágrafo único.** O Agente de Contratação responderá individualmente por seus atos, salvo quando induzido a erro por informações técnicas equivocadas prestadas por outros setores.

**CAPÍTULO III – Da Equipe de Apoio**

**Art. 28.** A Equipe de Apoio será designada pela Presidência da Câmara Municipal de Miracema-RJ para auxiliar o Agente de Contratação na condução dos procedimentos licitatórios e contratações diretas.

§ 1º A Equipe de Apoio será composta, preferencialmente, por servidores efetivos da Casa Legislativa.

§ 2º Os membros deverão possuir conhecimentos compatíveis com a natureza do objeto e não poderão exercer funções que comprometam a segregação de funções.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MIRACEMA**  
**GABINETE DA PRESIDÊNCIA**



**CAPÍTULO IV – Da Comissão de Contratação**

**Art. 29.** A Comissão de Contratação poderá ser constituída em caráter permanente ou especial, composta por no mínimo três membros, para conduzir licitações de maior complexidade, em substituição ao Agente de Contratação.

§ 1º A presidência da Comissão será exercida por um de seus membros, indicado no ato de designação.

§ 2º Nas licitações na modalidade Diálogo Competitivo, a comissão será obrigatória, composta exclusivamente por servidores efetivos ou empregados públicos estáveis, podendo contar com assessoramento técnico externo.

**Art. 30.** Compete à Comissão de Contratação:

- I – receber, examinar e julgar documentos e propostas;
- II – realizar diligências necessárias;
- III – elaborar relatórios conclusivos sobre o julgamento;
- IV – propor a adjudicação do objeto à autoridade competente.

**CAPÍTULO V – Do Gestor e do Fiscal de Contrato**

**Art. 31.** Cada contrato administrativo celebrado pela Câmara Municipal de Miracema-RJ deverá ter, por designação expressa da autoridade competente:

- I – um Gestor do Contrato, responsável pelo acompanhamento administrativo da execução;
- II – um ou mais Fiscais do Contrato, responsáveis pela verificação técnica e qualitativa do objeto contratado.

**Art. 32.** Compete ao Gestor do Contrato:

- I – acompanhar prazos, aditivos, pagamentos e garantias contratuais;
- II – adotar medidas administrativas necessárias à execução fiel do ajuste;
- III – encaminhar à autoridade competente informações sobre irregularidades ou necessidade de providências.

**Art. 33.** Compete ao Fiscal do Contrato:

- I – verificar a conformidade do objeto entregue ou serviço prestado;
- II – adotar providências necessárias ao saneamento de falhas;
- III – registrar ocorrências em relatórios de fiscalização;
- IV – comunicar ao Gestor do Contrato e à autoridade competente sobre descumprimentos ou irregularidades.

**TÍTULO IV – DOS PROCEDIMENTOS AUXILIARES**

**CAPÍTULO I – Do Sistema de Registro de Preços (SRP)**

**Art. 34.** O Sistema de Registro de Preços – SRP poderá ser adotado pela Câmara Municipal de Miracema-RJ para a contratação futura de bens e serviços, comuns ou específicos, observadas as disposições do art. 82 da Lei nº 14.133/2021.

**Art. 35.** A adoção do SRP terá por objetivos:

- I – possibilitar economia de escala e maior eficiência nas contratações;
- II – atender demandas frequentes e previsíveis, sem necessidade de procedimento licitatório autônomo para cada aquisição;
- III – permitir contratações parceladas, conforme a necessidade da Administração.

**Art. 36.** O procedimento para a formação da Ata de Registro de Preços deverá conter:

- I – justificativa da vantagem da adoção do SRP;
- II – estimativa da demanda anual;



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MIRACEMA**  
**GABINETE DA PRESIDÊNCIA**



III – condições de fornecimento, prazos e vigência;

IV – possibilidade de adesão por outros órgãos, quando cabível.

**CAPÍTULO II – Da Pré-Qualificação**

**Art. 37.** A Câmara Municipal de Miracema-RJ poderá realizar procedimento de pré-qualificação, conforme art. 78 da Lei nº 14.133/2021, com o objetivo de selecionar previamente fornecedores ou produtos que atendam às exigências técnicas e de habilitação.

**Art. 38.** A pré-qualificação poderá ser:

I – de fornecedores, para futura contratação em licitações ou contratações diretas;

II – de bens, serviços ou obras, para padronização e validação prévia de especificações.

**Art. 39.** A pré-qualificação terá validade máxima de 1 (um) ano, podendo ser atualizada a qualquer tempo mediante solicitação dos interessados ou necessidade da Administração.

**CAPÍTULO III – Do Credenciamento**

**Art. 40.** O credenciamento será utilizado como procedimento auxiliar para contratação de serviços, em especial quando a Administração necessitar de:

I – formar rede de prestadores de serviços ou fornecedores aptos a atender de forma paralela e não excludente;

II – possibilitar atendimento a demandas variáveis ou descentralizadas;

III – atender a situações em que a escolha do prestador será feita pelo beneficiário final do serviço.

**Art. 41.** O edital de credenciamento deverá conter:

I – condições para participação e requisitos de habilitação;

II – critérios de remuneração;

III – regras para inclusão e exclusão de participantes;

IV – prazo de validade do credenciamento.

**CAPÍTULO IV – Da Manifestação de Interesse**

**Art. 42.** O Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) poderá ser instaurado pela Câmara Municipal de Miracema-RJ, nos termos do art. 80 da Lei nº 14.133/2021, com a finalidade de receber estudos, levantamentos e projetos elaborados por pessoas físicas ou jurídicas da iniciativa privada.

**Art. 43.** O PMI será precedido de edital público, que deverá dispor sobre:

I – objeto da manifestação de interesse;

II – critérios e requisitos técnicos para apresentação dos estudos;

III – forma e prazo de apresentação;

IV – condições para aproveitamento dos trabalhos pela Administração;

V – critérios de eventual ressarcimento de custos, se previsto.

**Parágrafo único.** A participação no PMI não assegura, por si só, qualquer vantagem ao interessado em eventual licitação ou contratação futura, devendo ser preservada a isonomia entre os concorrentes.

**TÍTULO V – DO PROCESSO LICITATÓRIO**

**CAPÍTULO I – Das Modalidades de Licitação**

**Art. 44.** As licitações realizadas pela Câmara Municipal de Miracema-RJ observarão as modalidades previstas no art. 28 da Lei nº 14.133/2021, sendo:

I – Concorrência;

II – Concurso;





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MIRACEMA**  
**GABINETE DA PRESIDÊNCIA**



- III – Leilão;
- IV – Pregão;
- V – Diálogo Competitivo.

§ 1º O pregão será adotado, preferencialmente, para aquisição de bens e serviços comuns, sendo realizado preferencialmente em ambiente eletrônico.

§ 2º O diálogo competitivo será utilizado em contratações de alta complexidade, conforme previsto no art. 32 da Lei nº 14.133/2021.

§ 3º O leilão será aplicado exclusivamente para alienação de bens móveis inservíveis ou de bens legalmente apreendidos ou penhorados.

§ 4º O concurso destina-se à seleção de trabalhos técnicos, científicos ou artísticos, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores.

## **CAPÍTULO II – Das Fases do Processo Licitatório**

**Art. 45.** O processo licitatório obedecerá às seguintes fases, conforme o art. 17 da Lei nº 14.133/2021:

- I – preparatória, compreendendo o planejamento da contratação, elaboração dos estudos técnicos preliminares, termo de referência ou projeto básico, pesquisa de preços e matriz de riscos;
- II – divulgação do edital de licitação;
- III – apresentação de propostas e lances;
- IV – julgamento;
- V – habilitação;
- VI – recursal;
- VII – homologação.

§ 1º As fases do processo licitatório são sucessivas e obrigatórias, salvo as hipóteses de inversão previstas em lei.

§ 2º O edital poderá prever a inversão das fases de habilitação e julgamento, hipótese em que os documentos de habilitação somente serão exigidos do licitante mais bem classificado.

§ 3º Nas hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação, observar-se-á, no que couber, a fase preparatória.

## **CAPÍTULO III – Dos Critérios de Julgamento**

**Art. 46.** As licitações realizadas pela Câmara Municipal de Miracema-RJ poderão adotar os seguintes critérios de julgamento:

- I – menor preço;
- II – maior desconto;
- III – melhor técnica ou conteúdo artístico;
- IV – técnica e preço;
- V – maior lance, no caso de leilão;
- VI – maior retorno econômico.

**Art. 47.** O edital deverá definir, de forma objetiva, o critério de julgamento aplicável e a metodologia de avaliação das propostas.

**Art. 48.** Nos casos de julgamento por melhor técnica ou por técnica e preço, o edital estabelecerá os critérios técnicos de avaliação e os respectivos pesos, observados os parâmetros legais.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MIRACEMA**  
**GABINETE DA PRESIDÊNCIA**



**CAPÍTULO IV – Do Procedimento Eletrônico e Presencial**

**Art. 49.** As licitações realizadas pela Câmara Municipal de Miracema-RJ deverão, preferencialmente, adotar o procedimento eletrônico, por meio de sistema disponível em conformidade com o Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

§ 1º Na impossibilidade técnica de utilização do meio eletrônico, o procedimento poderá ocorrer de forma presencial, devidamente justificada nos autos.

§ 2º As sessões públicas eletrônicas serão registradas em ata eletrônica, assinada digitalmente pelo Agente de Contratação ou pela Comissão de Contratação.

**CAPÍTULO V - CONTRATAÇÃO DIRETA**

**Art. 50** – O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído em conformidade com os requisitos legais e regulamentares, observando-se, especialmente o Decreto Legislativo nº 162, de 08 de fevereiro de 2024 da Câmara Municipal de Miracema, e as disposições do art. 72 a 75, da Lei nº 14.133/2021, e as contidas neste Decreto.

**Art. 51** – O processo de contratação direta, que compreende os casos de dispensa e de inexigibilidade de licitação, deverá ser instruído com os seguintes elementos:

I – Documento de formalização de demanda com a descrição da necessidade da contratação, gerenciamento de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo e, se for o caso, estudo técnico preliminar;

II – Estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021 e incluída no Termo de Referência (TR) ou documento equivalente;

III – Pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV – Demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido por meio de reserva orçamentária ou documento equivalente, exceto nos casos em que se utilize o Sistema de Registro de Preços, nos termos do § 6º, art. 82 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

V – Demonstração de viabilidade financeira para a contratação, exceto nos casos em que se utilize o Sistema de Registro de Preços, nos termos do § 6º, art. 82 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

**Parágrafo Único** – A demonstração da viabilidade orçamentária e financeira prevista nos incisos IV e V do caput será realizada no momento da formulação do instrumento contratual ou equivalente pelo Poder Legislativo Municipal.

VI – Relatório com a justificativa da escolha do contratado;

VII – Comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária, na forma do Capítulo VI da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021;

VIII – Justificativa de compatibilidade do preço contratado com o praticado no mercado;

IX – Demonstração do setor requerente sobre o eventual fracionamento ou não da dispensa de licitação.

**SEÇÃO I**  
**DISPENSA DE LICITAÇÃO**



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MIRACEMA**  
**GABINETE DA PRESIDÊNCIA**



**Art. 52** – A seção em epígrafe estabelece as normas inerentes à aplicação das possibilidades de contratação por dispensas de licitação, fundamentada no art. 75, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

**Art. 53** – O Poder Legislativo Municipal adotará a dispensa de licitação, nas seguintes hipóteses:

I – Contratação de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores, no limite do disposto no inciso I do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021;

II – Contratação de bens e serviços, no limite do disposto no inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021;

III – Contratação de obras, bens e serviços, incluídos os serviços de engenharia, nos termos do disposto no inciso III e seguintes do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, quando cabível;

IV – Registro de preços para a contratação de bens e serviços por mais de um órgão ou entidade, nos termos do § 6º do art. 82 da Lei nº 14.133, de 2021.

1º – Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II do caput, deverão ser observados:

I – O somatório despendido no exercício financeiro pela respectiva unidade gestora; e

II – O somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade.

2º – Considera-se ramo de atividade a linha de fornecimento registrada pelo fornecedor quando do seu cadastramento no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf), vinculada: (Redação dada pela IN Seges/MGI n.º 8 de 2023).

I – Para a classificação de materiais, adota-se o Padrão Descritivo de Materiais (PDM) do Sistema de Catalogação de Material do Poder

Legislativo Municipal e, na ausência deste, o do Governo Federal; ou

II – Para a descrição de serviços ou obras, utiliza-se o Sistema de Catalogação de Serviços ou de Obras do Poder Legislativo Municipal e, caso inexistente, o do Governo Federal.

3º – O disposto no § 1º deste artigo não se aplica às contratações de até R\$ 8.000,00 (oito mil reais) de serviços de manutenção de veículos automotores de propriedade do órgão ou entidade contratante, incluído o fornecimento de peças, de que trata o § 7º do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

**Art. 54** – As dispensas de licitação referentes às hipóteses previstas no art. 52 deste Decreto, serão, preferencialmente, realizadas por meio de sistema de dispensa eletrônica, devendo, em todo caso, o aviso de contratação direta, juntamente com a íntegra do Termo de Referência ou Projeto Básico, ser divulgado no Portal da Transparência do Poder Legislativo Municipal, com vistas à obtenção de propostas adicionais de eventuais interessados, observando o prazo mínimo de antecedência de 3 (três) dias úteis.

1º – Quando for viável, sob o prisma técnico e de gestão, o uso da dispensa de licitação na forma eletrônica, fica o poder legislativo autorizado a realizar o procedimento por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica do Governo Federal, de que trata a Instrução Normativa nº 67, de 08 de julho de 2021, da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia.

2º – Não sendo viável a realização da dispensa de licitação na forma eletrônica, observada a necessidade de publicação prévia do aviso de contratação direta nos termos do caput, deste artigo, a coleta de propostas será realizada por meio de comunicação eletrônica (e-mail) ou de ofícios enviados diretamente às empresas fornecedoras do objeto que se pretende contratar.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MIRACEMA**  
**GABINETE DA PRESIDÊNCIA**



3º – O prazo de divulgação do aviso de contratação direta poderá ser prorrogado, caso não seja obtida a quantidade mínima de 3 (três) propostas válidas.

4º – O prazo de divulgação do aviso de contratação direta poderá ser prorrogado com o objetivo de promover a ampliação do número de propostas, a fim de obter preços mais vantajosos para a Administração Pública.

5º – Caso sejam obtidas menos de 3 (três) propostas, a contratação direta poderá ser efetivada, desde que haja manifestação sobre a adequação do valor da menor proposta ao preço de mercado, em conformidade com a pesquisa de preço formulada com base nas disposições da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, e que exista ato de ratificação emitido pela autoridade competente.

**Art. 55** – Havendo viabilidade técnica e administrativa, aplica-se o procedimento previsto no art. 53 deste Decreto, para as contratações emergenciais de que trata o inciso VIII, do art. 75, da Lei nº 14.133/2021.

**Parágrafo Único** – Na hipótese prevista no caput deste artigo, o prazo de divulgação do aviso de contratação direta poderá ser reduzido para 1 (um) dia útil.

## **SEÇÃO II**

### **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

**Art. 56** – As hipóteses previstas no artigo 74 da Lei Federal nº 14.133/2021 são exemplificativas, sendo inexigível a licitação em todos os casos em que for inviável a competição.

1º – Para fins do disposto no inciso I do caput do artigo 74 da Lei Federal nº 14.133/2021, o órgão ou a entidade deverá demonstrar a inviabilidade de competição mediante atestado de exclusividade, contrato de exclusividade, declaração do fabricante ou outro documento idôneo capaz de comprovar que o objeto é fornecido ou prestado por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência por marca específica.

2º – Para fins do disposto no inciso II do caput do artigo 74 da Lei Federal nº 14.133/2021, considera-se empresário exclusivo, a pessoa física ou jurídica que possua contrato, declaração, carta ou outro documento que ateste a exclusividade permanente e contínua de representação, no País ou em Estado específico, do profissional do setor artístico, afastada a possibilidade de contratação direta por inexigibilidade por meio de empresário com representação restrita a evento ou local específico.

3º – As hipóteses de inexigibilidade previstas no inciso III do caput do art. 74 da Lei Federal nº 14.133/2021, para que fiquem caracterizadas, dependem da comprovação dos requisitos da especialidade, aliado à notória especialização do contratado, observados os seguintes aspectos:

I – Considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato; e

II – É vedada a subcontratação de empresas ou a atuação de profissionais distintos daqueles que tenham justificado a inexigibilidade.

4º – Nas contratações com fundamento no inciso V do caput do art. 74 da Lei nº 14.133/2021 devem ser observados os seguintes requisitos:

I – Elaboração de Estudo Técnico Preliminar, contendo, dentre outros aspectos, a avaliação fundamentada acerca da vantagem da opção pela locação ou pela compra do imóvel;



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MIRACEMA**  
**GABINETE DA PRESIDÊNCIA**



II - Justificativa fundamentada acerca das razões pelas quais as características das instalações e/ou da localização do imóvel o tornam singular, único apto a satisfazer à necessidade administrativa;

III - Certificação, pelo setor competente, da inexistência de imóveis públicos municipais vagos e disponíveis que atendam às necessidades administrativas;

IV - Laudo de avaliação prévia do bem, do seu estado de conservação, dos custos de adaptações, quando imprescindíveis às necessidades de utilização e às normas de acessibilidade e segurança pertinentes, e do prazo de amortização dos investimentos; e

V - Apresentação dos documentos de habilitação do contratado e comprovação da titularidade do bem.

5º - Se a inviabilidade de competição decorrer de processo de padronização, deverá ser demonstrado nos autos que o processo observou o disposto no art. 43 da Lei Federal nº 14.133/2021.

6º - O Estudo Técnico Preliminar voltado às contratações por inexigibilidade de licitação deverá conter a prévia definição da necessidade administrativa e conter a análise sobre a inexistência de outras soluções no mercado que sejam aptas a atender à demanda.

## **TÍTULO VI – DAS CONTRATAÇÕES DIRETAS**

### **CAPÍTULO I – Disposições Gerais**

**Art. 57.** As contratações diretas realizadas pela Câmara Municipal de Miracema-RJ observarão as hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação, previstas nos arts. 74 e 75 da Lei nº 14.133/2021, bem como os requisitos deste Decreto.

**Art. 58.** Toda contratação direta deverá ser formalmente instruída com processo administrativo próprio, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo, no mínimo:

I – documento de formalização da demanda;

II – estimativa de preços;

III – parecer técnico e/ou jurídico, quando cabível;

IV – autorização da autoridade competente;

V – minuta do contrato, instrumento equivalente ou nota de empenho, quando for o caso;

VI – comprovação de publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

### **CAPÍTULO II – Da Dispensa de Licitação**

**Art. 59.** Constituem hipóteses de dispensa de licitação, nos termos do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, entre outras previstas em lei:

I – nos casos de baixo valor, assim considerados:

a) até R\$ 125.451,15 (cento e vinte e cinco mil, quatrocentos e cinquenta e um reais e quinze centavos), para obras e serviços de engenharia e serviços de manutenção de veículos automotores;

b) até R\$ R\$62.725,59 (sessenta e dois mil, setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos), para outros serviços e compras;

II – em situações de emergência ou calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento e risco a pessoas, obras, serviços, equipamentos ou bens públicos;

III – quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta não puder ser repetida sem prejuízo;

IV – nas contratações que tenham por objeto bens, serviços ou obras produzidos ou prestados por órgãos ou entidades da Administração Pública criados para esse fim específico;

V – nos demais casos expressamente previstos na legislação.





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MIRACEMA**  
**GABINETE DA PRESIDÊNCIA**



§ 1º A contratação com fundamento em dispensa por emergência terá prazo máximo de 1 (um) ano, sendo vedada a prorrogação.

§ 2º Os valores previstos no inciso I deste artigo serão atualizados a cada 1º de janeiro, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA ou outro que venha a substituí-lo.

**CAPÍTULO III – Da Inexigibilidade de Licitação**

**Art. 60.** A licitação é inexigível quando inviável a competição, em especial:

I – para aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo;

II – para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, com profissionais ou empresas de notória especialização;

III – para contratação de profissional do setor artístico consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

§ 1º A comprovação da exclusividade de fornecedor será feita por meio de atestado de órgão de registro do comércio, entidade de classe ou sindicato patronal, ou ainda por declaração do fabricante.

§ 2º Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade permita inferir que o trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto.

**CAPÍTULO IV – Da Publicidade e Controle**

**Art. 61.** As contratações diretas, após formalizadas, deverão ser publicadas no PNCP, em até 10 (dez) dias úteis contados de sua assinatura, sob pena de nulidade relativa do ato.

**Art. 62.** Caberá à Controladoria e à Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal de Miracema-RJ acompanhar, orientar e fiscalizar a correta instrução dos processos de contratação direta, de forma a assegurar a legalidade e a economicidade.

**TÍTULO VII – DA GESTÃO E EXECUÇÃO CONTRATUAL**

**CAPÍTULO I – Disposições Gerais**

**Art. 63.** A gestão e a fiscalização dos contratos administrativos celebrados pela Câmara Municipal de Miracema-RJ observarão o disposto nos arts. 115 a 121 da Lei nº 14.133/2021 e nas normas deste Decreto.

**Art. 64.** Todo contrato celebrado pela Câmara deverá indicar formalmente:

I – Gestor do Contrato, responsável pelo acompanhamento administrativo;

II – Fiscal do Contrato, responsável pelo acompanhamento técnico da execução.

Parágrafo único. O Gestor e o Fiscal de Contrato responderão pelos atos que praticarem, de forma individualizada, sem prejuízo das responsabilidades da contratada.

**CAPÍTULO II – Da Formalização dos Contratos**

**Art. 65.** Os contratos administrativos serão formalizados por escrito e assinados eletronicamente, preferencialmente, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, ou em meio físico, quando devidamente justificado.

**Art. 66.** O instrumento contratual deverá conter, no mínimo:

I – objeto e seus elementos caracterizadores;

II – regime de execução ou de fornecimento;

III – preço e condições de pagamento;

IV – prazos de início, execução e conclusão;

V – garantias exigidas, quando houver;



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MIRACEMA**  
**GABINETE DA PRESIDÊNCIA**



- VI – direitos e responsabilidades das partes;
- VII – sanções aplicáveis em caso de inadimplemento;
- VIII – critérios de fiscalização, medição e recebimento;
- IX – condições de alteração e rescisão;
- X – vinculação ao edital e à proposta do contratado.

**CAPÍTULO III – Da Execução e Fiscalização**

**Art. 67.** A execução dos contratos será acompanhada e fiscalizada de forma contínua pelo Gestor e pelo Fiscal designados, os quais deverão manter registros atualizados das ocorrências, em relatório próprio.

**Art. 68.** Compete ao Gestor do Contrato:

- I – zelar pelo cumprimento das cláusulas contratuais;
- II – controlar prazos, vigência, prorrogações e aditivos;
- III – atestar as condições administrativas para liquidação e pagamento;
- IV – comunicar irregularidades à autoridade competente.

**Art. 69.** Compete ao Fiscal do Contrato:

- I – verificar a qualidade, quantidade e conformidade dos bens e serviços entregues;
- II – registrar ocorrências em relatórios de fiscalização;
- III – exigir da contratada a correção de falhas constatadas;
- IV – comunicar imediatamente ao Gestor do Contrato situações de descumprimento contratual.

**Parágrafo único.** O Fiscal do Contrato poderá solicitar apoio técnico especializado, quando a complexidade do objeto assim exigir.

**CAPÍTULO IV – Das Alterações Contratuais**

**Art. 70.** Os contratos poderão ser alterados nas hipóteses previstas no art. 124 da Lei nº 14.133/2021, mediante termo aditivo, desde que devidamente motivado e autorizado pela autoridade competente.

**Art. 71.** As alterações quantitativas de acréscimo ou supressão do objeto observarão os limites estabelecidos no art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

**CAPÍTULO V – Das Penalidades**

**Art. 72.** O descumprimento das obrigações contratuais sujeitará a contratada às penalidades previstas nos arts. 156 a 162 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser aplicadas, isolada ou cumulativamente, as seguintes sanções:

- I – advertência;
- II – multa;
- III – impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública;
- IV – declaração de inidoneidade.

§ 1º A aplicação de penalidades será precedida de processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

§ 2º A dosimetria da sanção observará a gravidade da infração, os antecedentes da contratada e o prejuízo causado à Administração.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MIRACEMA**  
**GABINETE DA PRESIDÊNCIA**



**TÍTULO VIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

**Art. 73.** A aplicação deste Decreto observará, de forma supletiva, as disposições da **Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, bem como demais normas federais e estaduais aplicáveis às contratações públicas.

**Art. 74.** A Câmara Municipal de Miracema-RJ, por ato da **Mesa Diretora**, poderá editar **normas complementares** destinadas a disciplinar procedimentos específicos, modelos de documentos, fluxos internos, além de estabelecer orientações sobre governança, gestão de riscos e controles internos relacionados às contratações.

**Art. 75.** Fica a **Presidência da Câmara Municipal de Miracema-RJ** autorizada a adotar providências necessárias à implementação gradual do disposto neste Decreto, podendo:

- I – editar instruções normativas ou portarias regulamentares;
- II – aprovar manuais e guias de procedimentos para orientação dos servidores;
- III – instituir grupos de trabalho ou comissões temporárias para apoio à implantação desta regulamentação.

**Art. 76.** Os processos de contratação iniciados **antes da entrada em vigor deste decreto** seguirão a legislação vigente à época da sua instauração, vedada a aplicação retroativa.

**Art. 77.** Os contratos firmados com base em legislação anterior permanecerão regidos pelas normas que lhes deram origem até o término de sua vigência, admitida a aplicação supletiva deste Decreto em situações que não contrariem o instrumento contratual.

**Art. 78.** Revogam-se as disposições em contrário, em especial normas internas que tratem de licitações e contratos administrativos incompatíveis com a **Lei nº 14.133/2021** e com este Decreto, fica autorizada o Presidente da Câmara Municipal de Miracema a regulamentar por Portaria os casos omissos e os procedimentos administrativos previsto neste Decreto Legislativo.

**Art. 79.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos imediatos no âmbito da **Câmara Municipal de Miracema-RJ**.

CÂMARA MUNICIPAL DE MIRACEMA, 06 DE NOVEMBRO DE 2025.

**Hugo Fernandes**  
**Presidente**